



**Cartilha Plebiscito
por um novo
Sistema Político**

Esta publicação é uma realização conjunta das entidades abaixo

- Articulação de Mulheres Brasileiras(AMB)
- Assembleia Popular
- Associação Brasileira de ONGs (ABONG)
- Associação Brasileira dos Pesquisadores pela Justiça Social (ABRAPPS)
- Agenda Pública/SP
- Assembleia Popular
- Assembleia Popular/PB
- Central de Movimentos Populares (CMP)
- Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
- Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC)
- Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM)
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (CONTEE)
- Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
- Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB)
- Consulta Popular
- Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS)
- Coordenação dos Movimentos Sociais Paraná (CMS/PR)
- Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN)
- Federação dos Sindicatos de Engenheiros (FISENGE)
- Federação Nacional dos Urbanitários (FNU)
- Federação Única dos Petroleiros (FUP)
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)
- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)
- Frente Nacional dos Torcedores
- Federação dos Trabalhadores Urbanitários do Estado de São Paulo/SP
- Frente de Lutas de Juiz de Fora
- Grito dos Excluídos
- Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
- Jubileu Sul
- Juventude Revolução
- Levante Popular da Juventude
- Marcha Mundial de Mulheres
- Movimento Camponês Popular (MCP)
- Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE)
- Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
- Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)
- Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC)
- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
- Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente a Mineração (MPMPL - Juiz de Fora/ MG)
- Movimento Popular Pró Moralização do Legislativo (MAM)
- Movimento Reforma Já
- Partido dos Trabalhadores (PT)
- Pastoral da Juventude Rural (PJR)
- Pastoral da Moradia
- Pastoral do Migrante
- Pastoral Fé e Política
- Pastoral Fé e Política de Jundiaí/SP
- Pastoral Fé e Política de Salto/SP
- Pastoral Fe e Política de Várzea Paulista/SP
- Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política
- Pastoral da Moradia
- Pastoral do Imigrante
- Pastoral Fé e Política
- Rede fale
- Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP)
- Sindicato dos Advogados de São Paulo (SASP)
- Sindicato dos Eletricitários (SINDIELETRO/ MG)
- Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo (SINERGIA)
- Sindicato dos Engenheiros (SENGE/PR)
- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (SINDIBEL)
- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba (SISMUC)
- Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (SINTAEMA)
- Sindicato Unificado dos Petroleiros de SP
- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)
- União Estadual dos Estudantes (UEE/MG)
- União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)
- União Nacional de Estudantes (UNE)
- Via Campesina Brasil

Todo poder ao Povo

Por um plebiscito popular para uma Constituinte Exclusiva e Soberana que garanta ao povo o direito de mudar o sistema político

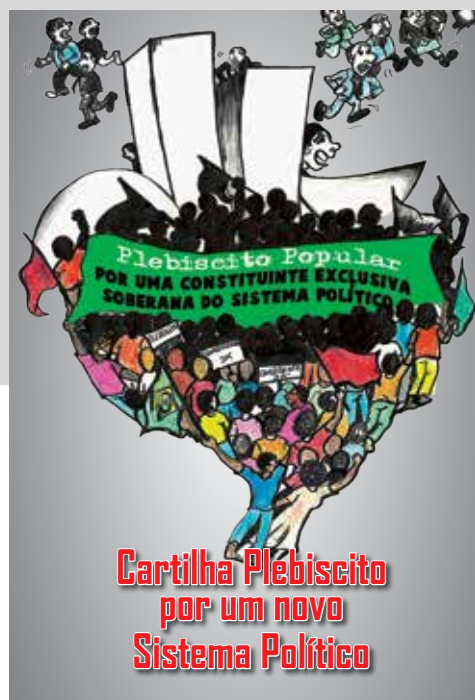
Todos os brasileiros e brasileiras têm direito a um sistema político que lhes garanta representação e participação e que assegure, de fato, que demandas, desejos e problemas sejam tratados conforme as reais vontades e necessidades da maioria. Hoje, não é assim. Por isso, os movimentos sociais produziram esta publicação que tem o objetivo de informar e multiplicar a informação sobre a importância de uma reforma política no Brasil.

Uma mudança que avance além do sistema eleitoral e crie mecanismos para dar ao povo condições de influir efetivamente nas decisões do País. Para atingir esse objetivo, defendemos um instrumento fundamental que assegure aos próprios cidadãos a possibilidade de convocar plebiscitos e referendos - algo que hoje somente o Congresso Nacional pode fazer.

A partir de um plebiscito popular, o povo dirá sim ou não a uma Constituinte Exclusiva e Soberana composta por cidadãos e cidadãs eleitos/as exclusivamente para mudar o sistema político, e não pelo Congresso Nacional.

Em setembro de 2013, a Plenária Nacional dos Movimentos Sociais aprovou a realização de um Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. A Plenária também definiu que a pergunta será única: "Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?"

Até lá, temos muito trabalho pela frente. Por isso, nas páginas a seguir falamos como poderemos fazer essa luta que contribuirá decisivamente para a democratização do Brasil.



Plenária Nacional dos Movimentos Sociais

Uma Constituinte Exclusiva e Soberana para mudar o sistema político

A Assembleia Nacional Constituinte, ou simplesmente Constituinte, é a realização de uma assembleia de representantes eleitos pelo povo para modificar a economia e a política do país e definir as regras, instituições e o funcionamento das instituições de um Estado, como o governo, o Congresso e o Judiciário. Suas decisões resultam em uma Constituição. A Constituição brasileira atual é de 1988.

Na proposta de uma constituinte exclusiva os representantes eleitos exercerão exclusivamente o poder soberano de definir politicamente o Estado brasileiro, consultando de forma criativa a cidadania e retornarão à sua vida de cidadãos e cidadãs iguais aos demais ao término desse processo. Isso é diferente do que foi a Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

A Constituinte Exclusiva e Soberana do sistema político deve servir para enfrentar os problemas do povo brasileiro, realizando reformas que, no quadro da própria democracia burguesa, não foram realizadas, como as reformas agrária, urbana, tributária e outras mudanças que assegurem a igualdade de direitos econômicos, sociais e civis.

Por que é necessária?

Os milhões que em junho de 2013 saíram às ruas por transporte, saúde e educação de qualidade revelaram um fosso entre o povo e as instituições – o Judiciário, os governos e os legislativos, sobretudo o Congresso Nacional –, que ficaram merecidamente abaladas.

A situação foi tal que a presidenta Dilma Rousseff foi à TV propor um Plebiscito para uma Constituinte Exclusiva por uma reforma política, proposta rapidamente atacada pelos setores reacionários da sociedade, como ruralistas e grandes empresários, líderes do PMDB e do PSDB, juízes do STF etc.

Todos esses fatos colocaram na ordem do dia a necessidade de uma Constituinte Exclusiva e Soberana no Brasil, para mudar o sistema político e abrir caminho ao atendimento das demandas e aspirações populares defendidas pela maioria da população, como educação, saúde e transporte públicos de qualidade, reformas agrária e urbana, reestatização das empresas privatizadas, monopólio estatal do petróleo com uma Petrobras 100% estatal e direitos iguais para todos os cidadãos e cidadãs.

Por que a Constituinte deve ser Exclusiva e Soberana?

Quando a ditadura no Brasil foi derrotada, em 1985, o movimento das massas colocou na ordem do dia a necessidade de novas instituições no País. Esse movimento foi contido pelos acordos entre as cúpulas do regime e dos extintos partidos Arena e MDB.

A Constituinte de 1988 é, assim, parte dessa contenção, da “transição conservadora”, sem ruptura. As eleições para a Constituinte de 1988 foram feitas sob regras herdadas da ditadura. De manhã, funcionava o Congresso Nacional (a Câmara e o Senado), à tarde, os mesmos congressistas formavam a Assembleia Constituinte, que não tinha soberania, pois estava sob tutela do Judiciário e do governo saídos da transição conservadora do Colégio Eleitoral.

Apesar de avanços nos direitos sociais e alguns que ficaram somente no papel, a Constituição de 1988 preservou muitas instituições criadas ou aprofundadas pelo regime militar, como a polícia militarizada, a manutenção da estrutura fundiária e o pagamento da dívida pública.

E integrou a Anistia aos militares, torturadores e assassinos, que continuam até hoje impunes.

É por isso que a proposta de uma Constituinte para fazer a mudança do sistema político deve ser, em primeiro lugar, Exclusiva, ou seja, com representantes eleitos exclusivamente para a Constituinte. Esses representantes devem ser eleitos sob novas regras e não as existentes hoje e que mantêm a lógica da ditadura. A Constituinte Exclusiva e Soberana deve ser unicameral, ou seja, sem o Senado, e com uma pessoa um voto.

Só assim, elegendo sob novas regras, teremos uma Constituinte Exclusiva e Soberana capaz de mudar o sistema político brasileiro e de adotar decisões que, efetivamente, representem os anseios do povo trabalhador organizado.

É preciso dar a palavra ao povo!



Que mudanças precisamos?

A mudança política elaborada por uma Constituinte Exclusiva e Soberana que tenha sido conquistada em plebiscito popular é a chance real para livrar a política brasileira do poder econômico, abrir canais de participação direta e permitir a expressão institucional da correlação de forças na sociedade.

A reforma abrirá caminho para a conquista de muitas outras mudanças necessárias e que interessam à população. Ao elegermos a reforma política como prioritária, damos passo estratégico visando fortalecer as forças populares e avançar na disputa e conquista do poder. O acerto dessa opção é reforçado por uma análise da história recente do País.



A retomada da ofensiva para avançar nas conquistas populares

Uma profunda mudança do sistema político poderá corrigir as distorções que, no final dos anos 1980, foram decisivas para conter as forças populares na luta contra a ditadura e refrear as mudanças.

Nos anos 1990, o avanço neoliberal apoiado pela mídia, provocou um refluxo dos movimentos sociais que nos colocou na defensiva. Nos últimos dez anos, as políticas redistributivas e sociais, conquistadas por meio das lutas, recuperaram, relativamente, a capacidade de articulação dos setores populares e abriram nova conjuntura. Agora, mais uma vez e sob novo impulso, nos defrontamos com a necessidade de realizar reformas para avançar nas conquistas populares.



A importância das lutas econômicas

Protestos populares sempre aconteceram no Brasil. Mas os ocorridos a partir de junho de 2013, recolocaram em cena uma luta central: a disputa pelo recurso público, em grande parte sequestrado por grandes grupos econômicos por meio do pagamento da dívida e da alta de juros. Apesar da complexidade dos protestos por reunir forças progressistas e outras nem tanto, um traço evidente nas ruas foi o desejo manifestado por parcelas dos setores populares e médios por mais investimentos em educação, saúde, transporte, moradia e segurança.

Os manifestantes fizeram reivindicações econômicas e por direitos que são, também, uma revolta contra a própria política, ou melhor, contra a política que a mudança que defendemos quer enterrar de uma vez por todas. Isso nos coloca diante de um verdadeiro desafio, cuja compreensão e enfrentamento adequados serão cruciais ao objetivo de atingir amplas parcelas da população, fazendo do plebiscito uma manifestação política em grande escala. É na luta por suas reivindicações que o povo se conscientiza sobre o papel do atual sistema político na contenção das conquistas que interessam à maioria.

As manifestações

- 89% da população disseram ter apoiado as manifestações
- 46% dos manifestantes disseram nunca ter participado de manifestações de rua
- 63% tinham entre 14 e 29 anos
- 49% têm renda acima de 5 salários mínimos
- 87% se mobilizaram por meio das redes sociais
- 61% declararam ter muito interesse em política
- 64,9% acham que manifestações vão interferir nos resultados das eleições de 2014
- 29,9% alegaram motivos políticos, como corrupção, para protestar
- 55% acham que as manifestações visaram corrupção
- 40% defendem que próxima pauta dos jovens deva ser a melhoria da saúde
- 20% acreditam que a educação deveria ser a principal reivindicação das ruas

Fontes: pesquisas da CNT, Ibope (feita em 7 capitais) e DataFolha, realizadas entre junho e agosto de 2013

O que pode mudar com um novo sistema político

O povo está descrente do sistema político. Milhões de brasileiros e brasileiras não veem na política o caminho para tornar realidade seus desejos legítimos e justos de avanços sociais. A ação da mídia tem contribuído para desqualificar a política e qualquer solução coletiva aos problemas comuns. Mas não somente.

Ainda existe uma estrutura oligárquica – machista, racista e profundamente excludente. Assegurar a participação de jovens, mulheres, das populações negra e indígena, homoafetiva, trabalhadores/as e pobres nos espaços de poder não é apenas garantir a diversidade, mas sim permitir, também, a possibilidade de que o povo tenha voz e suas demandas sejam atendidas.



Caminho para avançar na democratização

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Será que é assim? Mas é desta forma que a nossa Constituição define o sistema político atual.

A Constituição afirma que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “construir uma sociedade livre, justa e solidária”, “garantir o desenvolvimento nacional”, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, etnia, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. E que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

Contudo, nosso sistema político sempre serviu e é estruturado para atender interesses das elites políticas, econômicas, sociais e culturais.

O Brasil necessita de reformas estruturais que mudem o papel de suas instituições criando uma nova institucionalidade e que avancem na democratização. As reformas agrária, urbana, tributária, do Judiciário, da educação, da saúde, a democratização dos meios de comunicação e outras têm pouca ou nenhuma chance de avançar em um Congresso Nacional composto por parlamentares eleitos com o dinheiro dos empresários e que defendem interesses contrários ao da maioria do povo.

Portanto, a realização de uma reforma no sistema político é determinante para o avanço das demais reformas estruturantes, desde que calcada no interesse público acima do privado. Essa é a garantia para o amadurecimento definitivo das instituições democráticas brasileiras.

As mudanças políticas não devem servir apenas para buscar soluções ligeiras ou contornar uma conjuntura momentânea. Mas sim assegurar a participação de todo o povo - por meio da formulação de leis, decisões e mecanismo de participação popular - e dos movimentos sociais nas decisões de políticas públicas. A reforma não pode se restringir a uma mudança político-eleitoral. É essencial que seja mais abrangente, democrática e participativa e, assim, consolide as bases para uma nação com plena democracia.

Ainda, quando falamos em sistema político, não estamos falando apenas do aspecto eleitoral, mas sim de todos os processos e instituições que de uma forma ou outra exercem poder sobre os espaços de decisão e nas vidas das pessoas.

Propostas sairão de dois eixos principais

A realização de uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o sistema político brasileiro precisa se debruçar em construir propostas a partir de dois grandes eixos: o primeiro é o aperfeiçoamento da democracia representativa, com a reforma do sistema eleitoral; e o segundo dá conta do fortalecimento da democracia direta e participativa, com controle social.

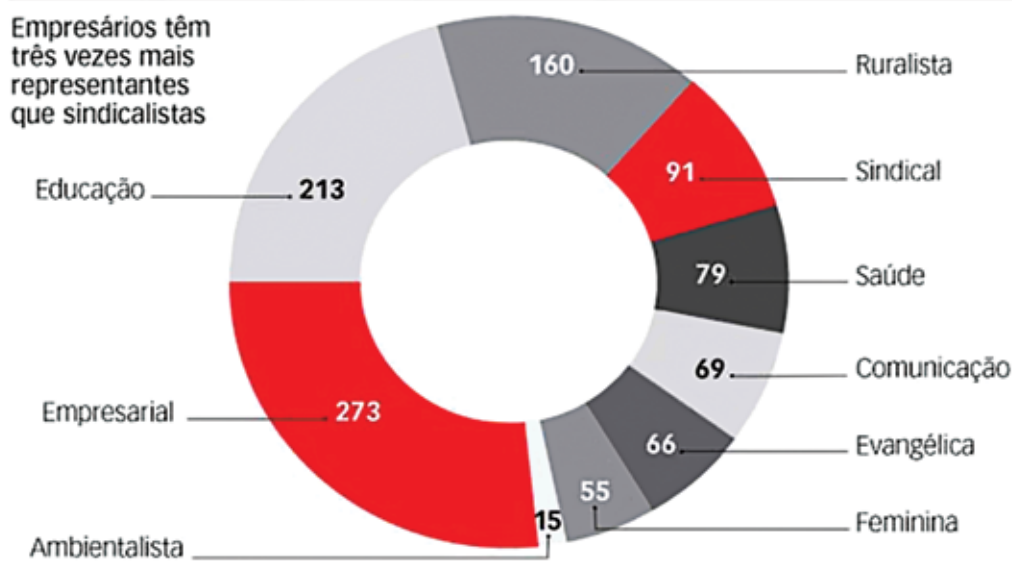
Somente com a articulação desses dois eixos, poderemos obter avanços significativos nas reformas que defendemos, criando novas institucionalidades democráticas nas quais a soberania popular realmente seja a fonte do poder.

Aperfeiçoar a democracia representativa

O sistema eleitoral é marcado por uma profunda distorção da realidade brasileira. Dos 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores) eleitos em 2010, 273 são empresários, 160 compõem a bancada ruralista, 66 são da bancada evangélica e apenas 91 parlamentares são considerados representantes dos/as trabalhadores/as, da bancada sindical. Os dados são do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Se os trabalhadores e trabalhadoras são maioria da população, por que não são nos parlamentos?

As mudanças no sistema eleitoral devem enfrentar e alterar os mecanismos que mantêm esses setores excluídos dos espaços de poder e de decisão. Para atingir esse objetivo, são necessários três elementos centrais: enfrentar a imposição do poder econômico, combater o oportunismo eleitoral e enfrentar a sub-representação.

O Congresso por representação



Fonte: Diap

Enfrentar o poder econômico

Só teremos avanços na proposta da reforma política se esta questionar o atual modelo de financiamento privado de campanhas. Será que alguém acredita realmente que um empresário ao doar cem ou duzentos mil reais a uma campanha política o faz por querer “um país melhor”? Não espera ou até mesmo exige nada em troca? Faz mal para a democracia que candidatos e candidatas dependam do dinheiro de grandes empresas para fazer campanhas e serem eleitos.

Em 2008, as empresas doaram 86% dos recursos totais da campanha eleitoral. Em 2010, 91%, e, em 2012, somaram 95%. Esses números são indicadores das causas do agravamento da crise de representação política. Cada vez mais os eleitos se aproximam de seus financiadores (os donos das empresas) e se distanciam do povo, o que provoca uma justa indignação e desconfiança na sociedade. Para enfrentar o poder e a força do dinheiro, precisamos instituir o financiamento público de campanha. Em 2010, os gastos declarados pelos candidatos a governador dos 26 Estados e do DF somaram R\$ 735 milhões, de acordo com dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Como é hoje, uma liderança popular sempre sai em desvantagem na disputa eleitoral, pois no atual sistema as eleições passaram a ser um grande negócio.

Gastos Médios Dos Candidatos Nas Campanhas

Candidatos	Gasto em 2010
Governador	R\$ 12,2 milhões
Senador	R\$ 3,7 milhões
Deputado federal	R\$ 996 mil
Deputado estadual	R\$ 428 mil
Média geral	R\$ 4,4 milhões

Garantir representação popular

O sistema eleitoral brasileiro adota o tipo de votação nominal nas eleições proporcionais (vereadores/as e deputados/as). Votamos em um nome e não em um programa partidário, que um conjunto de representantes vai defender. Por conta disso, a disputa eleitoral é feita em torno de projetos individuais e não coletivos.

Além disso, com a votação nominal, abrem-se brechas para partidos de aluguel, sem projeto ideológico ou identidade programática entre seus filiados. Romper com isso é romper com a lógica da privatização da política. Esta questão tem relação direta com a discussão do financiamento. As elites são contra o financiamento público porque inviabilizaria a eleição de "seus nomes" que somente acontece porque há votação em pessoas e não em programas.



Galeria de fotos Câmara dos Deputados/2013

A sub-representação da mulher

Não é possível falar em democracia representativa diante do fato de que mais da metade da população brasileira, as mulheres, não está devidamente representada no Congresso Nacional.

As mulheres ocupam 9% dos mandatos na Câmara dos Deputados e 12% no Senado. No item igualdade de gênero na política, o Brasil está em 106º lugar entre 187 países. Nas eleições municipais de 2012, foram eleitas 7.648 mulheres para ocupar prefeituras e câmaras municipais em todo o Brasil - 13% do total de vagas disputadas e um recorde positivo na história brasileira.

Os movimentos sociais defendem a garantia de instrumentos que possibilitem a ampliação da participação das mulheres na política, como, por exemplo, listas com paridade e alternância de sexo, fundamentais para a democratização do Estado, com reflexos positivos na construção de políticas para ampliar a autonomia das mulheres.



Roberto Parizzoti 08/03/2013

A sub-representação da população negra

O texto da reforma do sistema eleitoral brasileiro precisa propor mecanismos para enfrentar a sub-representação da população negra na política. No Brasil, 51% se autodeclararam negros/as, segundo o Censo 2010 do IBGE. Porém, apenas 8,5% (43) do total de parlamentares no Congresso Nacional se autodeclararam negros/as. Menos da metade das 27 unidades federativas tem representantes negros/as na Câmara.

Em sete assembleias legislativas (Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) não há nenhum/a parlamentar que se autodeclara negro/a.

É importante destacar que a população indígena não possui nenhuma representação no Congresso Nacional.

Para uma verdadeira reforma do sistema político precisamos efetivar mecanismos próprios de escolha da representação das populações tradicionais e indígenas.

Cabe ao Estado brasileiro reconhecer a desigualdade de condições sociais e de representação política entre brancos e não brancos e do ponto de vista de uma reforma política que institua mecanismos de equidade de gênero e raça/cor no escopo da reforma, criando condições para alcançarmos paridade entre negros e brancos e entre mulheres e homens.



A sub-representação da juventude

Para ser de fato representativa, a política deve trazer para o seu seio setores da sociedade até então afastados. Democratizar os espaços de poder é tornar a política mais acessível e menos excludente.

O número total de jovens entre 15 e 24 anos no País supera os 50 milhões, o que corresponde a um quarto do total da população brasileira, conforme dados do IBGE do Censo 2010. O número de jovens cresceu 19,5% desde o levantamento anterior, em 2002, que apontou 33,8 milhões. Os jovens são 40% do eleitorado no País (de 16 a 35 anos), mas menos de 3% no Congresso Nacional.

Não queremos a “inclusão” nesta ordem que aí está. Queremos mudar esta ordem. Queremos construir uma outra institucionalidade.

Por isso, pensamos o debate sobre a Reforma do Sistema Político como um elemento-chave na crítica às relações que estruturam este mesmo sistema. Entendemos que o patrimonialismo e o patriarcado a ele associado; o clientelismo e o nepotismo que sempre o acompanha; a relação entre o populismo e o personalismo, que eliminam os princípios éticos e democráticos da política; as oligarquias, escoltadas pela corrupção e sustentadas em múltiplas formas de exclusão (pelo racismo, pelo etnocentrismo, pelo machismo, pela homofobia e outras formas de discriminação) são elementos estruturantes do atual sistema político brasileiro que queremos transformar. Lembrando que o nosso sistema político oriundo da Constituição de 1988 não rompeu com várias amarras criadas na ditadura.



A participação social

Fortalecimento da democracia direta

Há uma urgente necessidade de reformar o poder do Estado para democratizar as formas de exercê-lo e ampliar as alternativas de submetê-lo ao controle popular. Também aperfeiçoar a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, no que se refere ao processo de elaboração e execução do orçamento, para aumentar a transparência e reduzir as vulnerabilidades que levam a distorções na aplicação dos recursos públicos.

É essencial o fortalecimento de mecanismos de democracia direta como plebiscitos, referendos e projetos de iniciativa popular, assim como o aperfeiçoamento de instrumentos de democracia participativa e controle social. É preciso garantir o poder do povo de decidir sobre questões de interesse nacional, com a instituição de mecanismos de participação efetiva no desenvolvimento de políticas.

A prática de referendos e plebiscitos sobre questões fundamentais à vida dos/as brasileiros/as precisa deixar de ser uma excepcionalidade. É preciso também democratizar as regras para validação de projetos de lei de iniciativa popular.

Um dos instrumentos para fortalecer a democracia direta é o povo ter o poder de convocar plebiscitos e referendos (hoje só o Congresso pode fazer isso) e definir que sobre determinados temas somente o povo pode decidir, por meio desses instrumentos. Por exemplo: limite da propriedade da terra, privatizações, leilões de riquezas estratégicas, grandes obras e eventos.

O fato de o Estado ser o ator central em todo processo decisório implica que mudanças em suas instituições são indispensáveis a qualquer estratégia de construção de um novo sistema político. Mudanças também no sentido de destruição de determinadas instituições que inviabilizam transformações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Portanto, fazem parte dessa estratégia mudanças profundas na própria estrutura do Estado, em todas as suas esferas – federal, estadual e municipal -, nos âmbitos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Por isso, nos opomos ao paradigma do Estado mínimo e à concepção neoliberal de Estado e ao endeusamento do mercado, que transforma a cidadania em consumo.

Entendemos que não existe aprofundamento democrático e reforma no plano político sem uma verdadeira reforma nos espaços públicos de decisão das políticas econômicas.

O que é um plebiscito?

É uma consulta na qual os cidadãos/ãs votam para aprovar ou não uma questão. Uma lei pode ser aprovada ou rejeitada por meio de um Plebiscito ou referendo.

No Brasil, a Constituição Federal, que é de 1988, determina por meio do artigo 48 inciso XV que somente o congresso nacional pode autorizar o referendo e convocar o Plebiscito. Portanto, atualmente um plebiscito somente poderá ser legalmente convocado pelo congresso nacional (composto por deputados federais e senadores). Isso precisa mudar. Instrumento da democracia direta tem que estar na mão do povo.

A maioria dos parlamentares fará tudo o que puder para impedir uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, pois não quer mudar as regras que lhes permitem o controle do poder.

O que é um plebiscito popular?

Um Plebiscito Popular é organizado por movimentos sociais e todos os cidadãos e cidadãs que quiserem trabalhar para que ele seja realizado, ele é muito representativo porque é organizado pelo povo.

O Plebiscito Popular não tem valor legal, mas exerce uma forte pressão política e social, permitindo que milhões de brasileiros/as expressem a sua vontade política.



População disse não à Alca

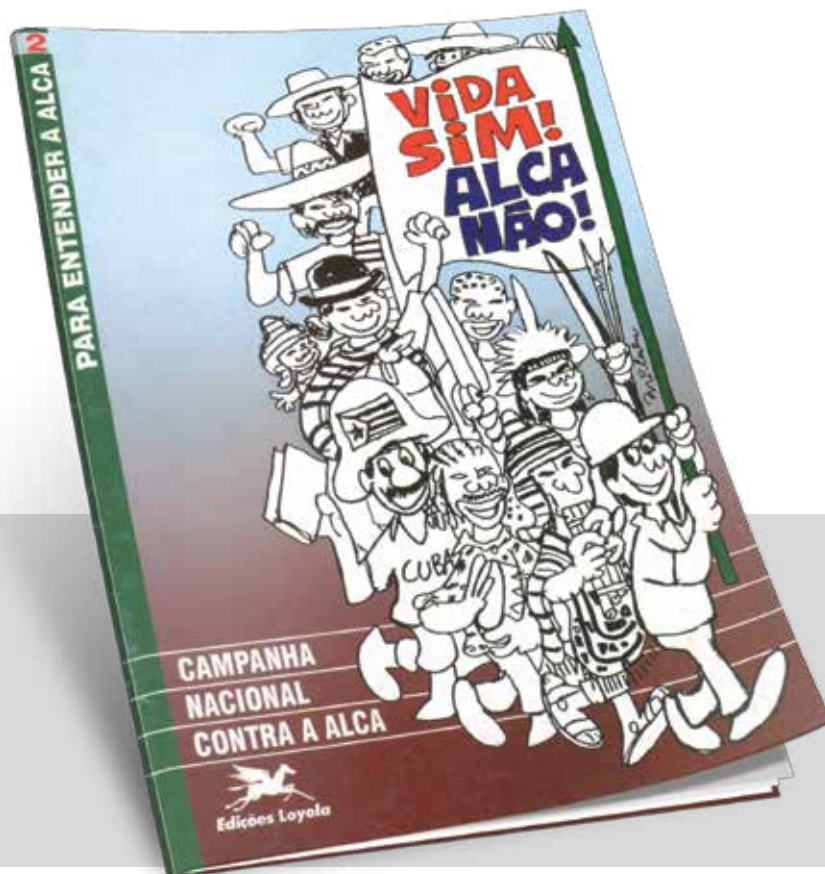
Quando os Estados Unidos e o então presidente Fernando Henrique Cardoso queriam que o Brasil integrasse a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), entidades e movimentos sociais contrários se reuniram para organizar um Plebiscito Popular perguntando ao povo brasileiro se o Brasil deveria ou não entrar nesse Tratado de Comércio.

Entre 1º e 7 de setembro de 2002, foram coletados 10.234.143 votos em 46.475 urnas instaladas em todo o País, graças ao trabalho voluntário de 157.837 participantes. O resultado não deixou dúvida sobre a vontade da população: 98,32% dos eleitores/as se declararam contra a entrada do Brasil na Alca.

Apesar de não ter valor legal, a maciça participação no Plebiscito Popular foi fundamental para que a proposta da Alca fosse rejeitada

No mesmo Plebiscito Popular, havia uma pergunta sobre o Brasil ceder o território de Alcântara, no Maranhão, aos Estados Unidos que ergueria no local uma base militar. Resultado: 98,54% das pessoas que votaram foram contra, e o acordo para a Base de Alcântara acabou sendo anulado.

Também foram realizados importantes Plebiscitos Populares a respeito de temas fundamentais, como em 2000, sobre a dívida Externa, e em 2007, sobre a Privatização da Companhia Vale do Rio Doce, além de muitos outros.



Por que um plebiscito popular?

O Plebiscito Popular é uma construção da democracia, da justiça, da solidariedade e da vida no Brasil. Um exercício de cidadania que desperta a consciência sobre o tema e constrói musculatura social para que possa ser conquistado, revelando qual é a verdadeira vontade do povo.

É também uma forma de luta. Se a maioria dos deputados e senadores se recusa a alterar o sistema político e não convoca, a população se organiza e constrói o Plebiscito Popular. Uma forma de luta em que todos podem participar.

Em 15 de setembro de 2013, 74 movimentos sociais e entidades de todo o país, reunidos em Plenária Nacional, decidiram convocar um Plebiscito Popular a ser realizado entre 1º e 7 de setembro de 2014. O objetivo é consultar a população para saber se ela é a favor ou não da convocação de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Para construir um plebiscito popular sobre a Constituinte Exclusiva precisamos

Organizar debates políticos sobre o tema em todos os lugares possíveis e dialogando com toda a população

- Um processo de votação transparente, sério com credibilidade pública
- Um sistema de votação que garanta unidade nos métodos e na simbologia em todo país
- Um processo de votação ágil, desburocratizado que motive as pessoas a participar
- Condições para que toda a população possa votar, buscando atingir o maior número possível de eleitores
- O envolvimento do maior número de pessoas engajadas de forma voluntária.

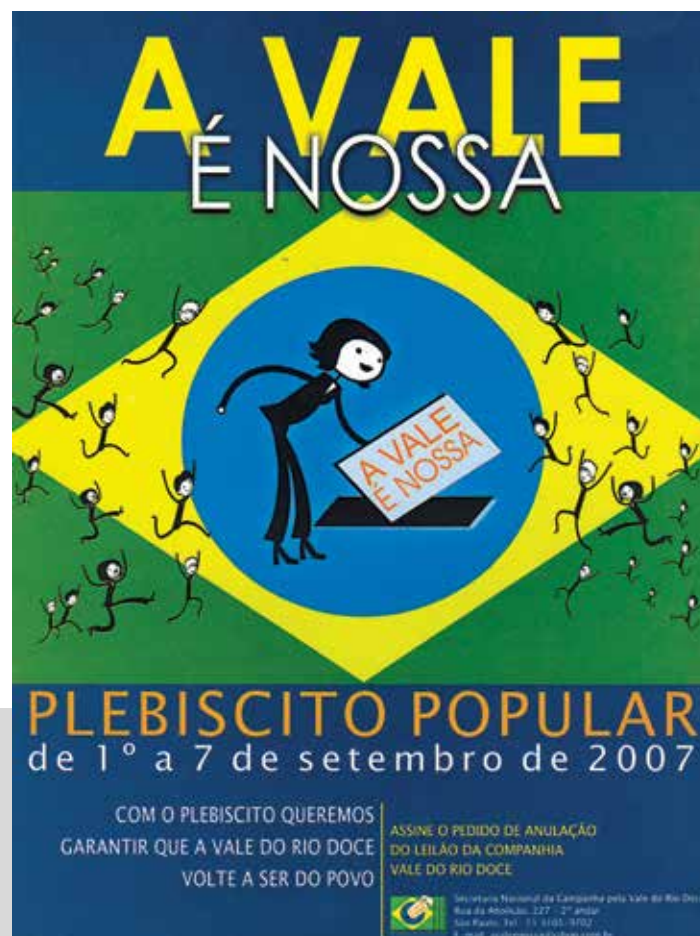
A preparação do plebiscito popular

A nossa tarefa principal é a de conscientizar, politizar e organizar a população. Para isso, será necessário desenvolver todas as formas de luta, mobilização o trabalho de base. O desafio prioritário, e maior de todos, é envolver o máximo de participantes nessa construção.

O mais importante é o nosso trabalho junto à base, para esclarecer a população nos bairros, na visita de casa em casa, nos locais de trabalho, nas escolas e universidades, igrejas, feiras, campo, sindicatos, associações, etc. A meta é atingir cada canto do país e alcançar a maior votação possível.

Para nos organizarmos, construiremos Comitês Populares, convocando amplamente todos os interessados em participar da campanha. O critério é a disposição voluntária e militante do maior número possível de pessoas. Que seja um espaço de participação popular, massiva, militante e de cidadania.

Realizaremos cursos amplos e massivos para ajudar os participantes a compreender a proposta da campanha e divulgá-la.



GLOSSÁRIO

O que entendemos por esses conceitos:

- **Patriarcado** Qualquer sistema de organização política, econômica, cultural, industrial, financeira, religiosa e social na qual a esmagadora maioria de posições superiores na hierarquia é ocupada por homens.
- **Patrimonialismo:** Conduta política de elites dominantes no exercício de funções públicas de governo, que se caracteriza pela apropriação do que é público – do Estado, suas instituições e seus recursos – como se fosse patrimônio privado.
- **Oligarquia:** Forma de governo em que o poder está concentrado nas mãos de um pequeno número de indivíduos, em geral com laços familiares e/ou vínculos partidários, e pertencentes a classes sociais privilegiadas. A organização política patriarcal e a conduta patrimonialista são traços marcantes dos poderes oligárquicos.
- **Nepotismo:** Prática de favorecimento e distribuição de empregos a parentes por parte de pessoas que exercem cargos e funções públicas.
- **Clientelismo:** Prática baseada na troca de favores e no apadrinhamento, usando-se as estruturas e serviços públicos no interesse particular daqueles que exercem a função pública.
- **Personalismo:** Culto às personalidades, com a consequente desvalorização do debate político e a despolitização dos conflitos.
- **Corrupção:** é um outro lado da moeda da oligarquia, pois envolve apropriação e desvio de recursos públicos para fins particulares de quem já tem poder, além de servir como instrumento de ficar imune às punições legais e meio para manter-se no poder. Portanto a corrupção esta associada a oligarquização do poder, em outras palavras, só pode “ser corrupto ou ser corruptor” quem tem dinheiro e poder.

Sabemos dos limites da democracia liberal e do próprio capitalismo, mas entendemos que, mesmo com esses limites, é possível avançarmos na direção de um projeto político de sociedade centrado no combate a todas as formas de desigualdades e que começa com a construção de um outro sistema político.

Expediente

**Está é uma publicação realizada pela
Plenária Nacional dos Movimentos Sociais**

Edição

Secretaria Nacional de Comunicação da CUT

Capa

Diva Braga

Ilustrações

Pedro Nathan

Projeto Gráfico e Diagramação

M.Giora Comunicação

Impressão

Bangraf

Tiragem

10.000 mil

São Paulo, novembro de 2013.

